
REVISTA TAKA'A

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E REVITALIZAÇÃO DE LÍNGUAS EM ESPAÇOS DE FRONTEIRA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E O CASO DA LÍNGUA BÉSIRO

LINGUISTIC POLICIES AND LANGUAGE REVITALIZATION IN BORDER AREAS: THEORETICAL PERSPECTIVES AND THE CASE OF THE BÉSIRO LANGUAGE

Rebeca Ferreira Carvalho

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

<https://orcid.org/0000-0001-9891-6305>

rebeca.ferreira@unemat.br

Mônica Cidele da Cruz

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

<https://orcid.org/0000-0001-6169-0760>

monicacruz@unemat.br

Valéria Faria Cardoso

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

<https://orcid.org/0000-0002-5137-8535>

valeria.cardoso@unemat.br

RESUMO

Este artigo analisa, sob uma perspectiva teórica e crítica, as políticas linguísticas voltadas à revitalização de línguas minorizadas, com ênfase especial na língua *Bésiro* (Chiquitano), falada por comunidades *Monkoxi* localizadas entre o Brasil e a Bolívia. A pesquisa fundamenta-se nos aportes de estudiosos como Calvet (2007), Haugen (1983), Fishman (1991), Spolsky (2004), Hamel (2013), Maher (2019) e outros autores que discutem as dimensões sociopolíticas, ideológicas, culturais e históricas das políticas linguísticas e do planejamento linguístico. Sustenta-se que a revitalização de línguas em espaços de fronteira depende fortemente de políticas articuladas entre Estado, instituições educacionais e comunidades locais, bem como, de uma compreensão aprofundada das relações de poder, identidade e pertencimento envolvidas no uso das línguas minorizadas. O estudo propõe uma reflexão crítica sobre as políticas de língua na América Latina, ressaltando a importância da implementação de políticas

pluricêntricas, interculturais, inclusivas e sustentáveis, fundamentais para o fortalecimento e a preservação da diversidade linguística regional.

Palavras-chave: Bésiro. Diversidade linguística. Fronteira. Políticas linguísticas. Revitalização.

ABSTRACT

This article analyzes, from a theoretical and critical perspective, language policies aimed at the revitalization of minority languages, with a particular emphasis on the Bésiro (Chiquitano) language, spoken by Monkoxi communities located between Brazil and Bolivia. The research is grounded in the contributions of scholars such as Calvet (2007), Haugen (1983), Fishman (1991), Spolsky (2004), Hamel (2013), Maher (2019), and other authors who discuss the sociopolitical, ideological, cultural, and historical dimensions of language policies and language planning. It is argued that the revitalization of languages in border areas strongly depends on policies articulated among the State, educational institutions, and local communities, as well as on a deep understanding of the power relations, identity, and sense of belonging involved in the use of minority languages. The study proposes a critical reflection on language policies in Latin America, highlighting the importance of implementing pluricentric, intercultural, inclusive, and sustainable policies, which are fundamental for strengthening and preserving regional linguistic diversity.

Keywords: Bésiro. Border regions. Language policy. Linguistic diversity. Revitalization.

Introdução

As políticas linguísticas constituem um campo interdisciplinar que articula língua, poder e sociedade. Em contextos fronteiriços, como o da região entre Brasil e Bolívia, onde se situa *Monkoxi*, as línguas indígenas enfrentam desafios históricos de marginalização e deslocamento linguístico. A língua *Bésiro* (ou Chiquitano) é um exemplo emblemático, uma vez que sua vitalidade está ameaçada pela predominância do espanhol e do português. A reflexão teórica sobre as políticas de língua permite compreender os mecanismos de manutenção e perda linguística, bem como, as possibilidades de revitalização por meio de ações planejadas e politicamente conscientes.

Nesse contexto, a língua *Bésiro* deve ser entendida dentro da diversidade linguística brasileira, uma das mais ricas do planeta. De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA, 2016), existem atualmente cerca de 150 línguas indígenas vivas no Brasil, quantidade essa que aumentou no Censo 2022, para 295 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025), organizadas em dois grandes troncos linguísticos, Tupi e Macro-Jê, além de 19 famílias

linguísticas independentes e várias línguas isoladas. Essa classificação, baseada em Aryon Dall'Igna Rodrigues (1986, 1993, 1997), evidencia que muitas dessas línguas compartilham origens antigas e processos de diversificação milenares, mas outras não apresentam semelhanças suficientes para serem agrupadas.

A complexidade linguística brasileira, portanto, é resultado de múltiplas histórias de contato, migração e resistência. No entanto, esse patrimônio imaterial vem sendo rapidamente erodido: nas últimas décadas, muitas línguas desapareceram ou deixaram de ser transmitidas às novas gerações. O caso do *Bésiro* insere-se nesse cenário de vulnerabilidade, especialmente, nas regiões de fronteira, onde as forças de integração nacional e globalização intensificam o processo de substituição linguística.

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, descritiva e de cunho teórico-interpretativo, inserindo-se no campo dos estudos sociolinguísticos e das políticas linguísticas críticas. O estudo fundamenta-se em análise documental, revisão bibliográfica e interpretação teórica de referenciais clássicos e contemporâneos sobre planejamento e política linguística, com especial atenção às contribuições de Haugen (1983), Fishman (1991), Calvet (2007), Spolsky (2004), Hamel (2013), Maher (2019) e outros autores que tratam das inter-relações entre língua, poder e identidade.

A metodologia adotada segue o princípio da análise interpretativa e comparativa de modelos teóricos, buscando articular dimensões sociopolíticas, ideológicas e educacionais das políticas linguísticas em contextos fronteiriços. Para tanto, foram examinadas obras, artigos científicos, legislações e relatórios institucionais que abordam a diversidade linguística na América Latina, especialmente, as experiências de revitalização da língua *Bésiro* nas fronteiras entre o Brasil e a Bolívia. O estudo adota ainda uma perspectiva crítica e intercultural, na qual a análise das políticas linguísticas é compreendida como instrumento de justiça social e fortalecimento da diversidade cultural. As reflexões desenvolvidas resultam da triangulação entre fundamentos teóricos, dados históricos e estudos de caso documentados em pesquisas anteriores, como Carvalho (2024), Pérez (2021), Da Silva e Karim (2019) e Lara e Karim (2022).

Assim, o percurso metodológico pauta-se na interpretação teórica de fontes secundárias e na releitura crítica de experiências empíricas sobre políticas linguísticas e educação bilíngue em territórios fronteiriços, com o objetivo de propor caminhos para políticas pluricêntricas e sustentáveis de revitalização linguística.

O público-alvo

O estudo sobre políticas linguísticas e revitalização da língua *Bésiro* (Chiquitano) tem como público-alvo pesquisadores, estudantes e professores interessados na valorização das línguas indígenas e na promoção da diversidade linguística em contextos de fronteira. A proposta surge da necessidade de ampliar o debate acadêmico sobre a situação das línguas minorizadas, especialmente em territórios onde o contato entre diferentes culturas e nações impõe desafios à preservação dos saberes tradicionais.

Assim como ocorre com os estudantes indígenas nas universidades, que enfrentam barreiras linguísticas e epistemológicas, as comunidades falantes do *Bésiro* também vivenciam um processo de resistência e adaptação diante de políticas linguísticas pouco sensíveis à pluralidade cultural. Essa realidade evidencia a importância de práticas educativas interculturais e de políticas públicas que reconheçam as línguas indígenas como parte integrante do patrimônio cultural latino-americano.

Nesse sentido, o artigo busca dialogar com docentes, linguistas, antropólogos e gestores públicos comprometidos com a inclusão, a justiça linguística e o fortalecimento das identidades indígenas. A pesquisa pretende contribuir para uma reflexão sobre a construção de estratégias de ensino e planejamento linguístico que valorizem a oralidade, os modos próprios de transmissão de conhecimento e a autonomia das comunidades na condução de seus processos de revitalização.

Reflexões teóricas

A reflexão teórica sobre políticas linguísticas consolidou-se a partir de estudos que articulam dimensões sociopolíticas, culturais e educacionais da linguagem. Einar Haugen (1983) é um dos autores centrais nesse campo, introduzindo o conceito de planejamento linguístico, que se desdobra em três modalidades:

1. Planejamento de status, que trata do reconhecimento oficial e da função social das línguas em contextos institucionais, definindo quais línguas terão prestígio e legitimidade;
2. Planejamento de corpus, voltado à normatização, padronização e codificação linguística, incluindo a elaboração de gramáticas, dicionários e materiais didáticos;
3. Planejamento de aquisição, relacionado ao ensino e à promoção da aprendizagem de línguas, especialmente, em contextos de revitalização ou manutenção.

Para Haugen (1983), políticas linguísticas constituem práticas sociais complexas que refletem escolhas coletivas sobre quais línguas devem ser promovidas, preservadas ou ensinadas, sendo profundamente entrelaçadas com processos de poder e identidade cultural.

Joshua Fishman (1991), por sua vez, introduz o conceito de reversão do deslocamento linguístico, propondo estratégias que priorizam a transmissão intergeracional e o fortalecimento do uso comunitário de línguas ameaçadas. Segundo Fishman (1991), políticas eficazes devem integrar dimensões institucionais, educacionais e comunitárias, reconhecendo que a preservação linguística é inseparável da manutenção da identidade cultural e da coesão social dos grupos falantes.

Louis-Jean Calvet (2007) amplia a compreensão das políticas linguísticas ao propor a ecologia das línguas, abordando as relações de dominação e resistência no espaço linguístico global. Ele demonstra que as políticas linguísticas refletem dinâmicas de poder, em que línguas hegemônicas se consolidam enquanto línguas minoritárias são marginalizadas. Essa perspectiva evidencia que a imposição ou repressão linguística não se limita à esfera educacional ou formal, mas está diretamente ligada a processos históricos, políticos e econômicos, incluindo colonialismo, nacionalismo e globalização.

Bernard Spolsky (2004) complementa essa análise ao identificar três dimensões interligadas das políticas linguísticas:

- Práticas linguísticas: o uso efetivo das línguas na sociedade;
- Crenças linguísticas: atitudes, valores e representações atribuídas às línguas;
- Gestão linguística: intervenções formais, regulamentações e decisões institucionais que orientam o uso da língua.

A interação dessas dimensões determina não apenas o comportamento linguístico, mas também, a percepção de prestígio, legitimidade e identidade associada a cada língua.

Autores contemporâneos ampliam essas discussões. Tove Skutnabb-Kangas (2000) enfatiza a dimensão direitos humanos das políticas linguísticas, alertando para o risco de linguicídio quando comunidades minorizadas têm suas línguas sistematicamente desvalorizadas ou suprimidas. Robert Phillipson (1992) critica a hegemonia do inglês no contexto global, problematizando políticas que promovem a imposição de uma língua dominante em detrimento das línguas locais, um fenômeno que também pode ser observado no Brasil em relação ao português e à língua inglesa sobre as línguas indígenas.

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 representa um marco

significativo ao reconhecer a diversidade linguística e os direitos das populações indígenas (Art. 231). Entretanto, como apontam pesquisadores como Rodrigues (2009) e Ribeiro (2012), a implementação de políticas de preservação e ensino das línguas indígenas ainda enfrenta desafios significativos, incluindo falta de material didático, escassez de professores bilíngues e práticas discriminatórias.

Estudos de caso recentes demonstram estratégias de revitalização linguística em contextos fronteiriços, como a língua *Bésiro*, falado por comunidades entre o Brasil e a Bolívia. Pesquisas de Carvalho (2024) e Pérez (2021) mostram que iniciativas educacionais bilíngues, programas de documentação e projetos comunitários de transmissão intergeracional têm se mostrado eficazes para fortalecer o uso da língua *Bésiro*, embora ainda enfrentem barreiras institucionais e econômicas. Tais esforços exemplificam a aplicação prática dos conceitos de Haugen (1983), Fishman (1991) e Calvet (2007), mostrando como políticas linguísticas articulam dimensões de status, corpus, aquisição e ecologia sociolinguística em contextos de minorias linguísticas.

Assim, a literatura contemporânea evidencia que políticas linguísticas não se restringem à normatização ou ensino formal, mas constituem instrumentos estratégicos de regulação social, cultural e política, capazes de fortalecer ou marginalizar comunidades, preservar patrimônios linguísticos ou acelerar processos de deslocamento e extinção linguística. A compreensão desses fundamentos teóricos é, portanto, essencial para o desenvolvimento de políticas de revitalização linguística eficazes, especialmente, em contextos de alta diversidade sociolinguística e nas regiões de fronteira sul-americanas.

Ideologias linguísticas e poder simbólico: o caso da revitalização da língua *Bésiro*

A análise crítica das políticas linguísticas requer uma compreensão aprofundada das ideologias linguísticas, entendidas como sistemas de crenças e representações sociais que atribuem valor, prestígio e legitimidade a determinadas línguas e variedades linguísticas em detrimento de outras. Esses sistemas ideológicos não operam de forma neutra; ao contrário, funcionam como instrumentos de poder simbólico, capazes de naturalizar desigualdades e estruturar hierarquias sociolinguísticas. Pierre Bourdieu (1991) concebe o poder simbólico como a capacidade de certos agentes sociais, como instituições estatais, sistemas educativos e

meios de comunicação, de impor normas linguísticas que, embora aparentemente neutras, consolidam posições de dominação e exclusão.

No contexto brasileiro, a imposição histórica do português como língua nacional ilustra como políticas linguísticas e ideologias linguísticas se entrelaçam para marginalizar línguas indígenas e minorizadas, promovendo processos de invisibilização cultural e epistemológica. Skutnabb-Kangas (2000) e Shohamy (2006) demonstram que essas políticas não apenas restringem o uso das línguas minorizadas, como também, limitam o acesso de suas comunidades a oportunidades sociais, econômicas e educacionais, reproduzindo assimetrias estruturais profundas.

Autores brasileiros como Bentes (2005) e Calvet (2007) enfatizam que a valorização da diversidade linguística é essencial para a construção de uma política linguística democrática e inclusiva. Bentes argumenta que o reconhecimento e a promoção de línguas indígenas implicam não apenas em medidas de ensino e documentação, mas também, na desnaturalização do prestígio exclusivo do português, permitindo que falantes de línguas minorizadas construam identidades legitimadas socialmente. Calvet, por sua vez, destaca que a linguagem funciona como um recurso estratégico de poder, e que políticas linguísticas devem atuar de forma consciente para transformar relações de desigualdade simbólica e cultural.

No caso específico da revitalização da língua *Bésiro* (Chiquitano) em comunidades transfronteiriças entre o Brasil e a Bolívia, essas reflexões assumem dimensão prática e estratégica. Políticas linguísticas críticas e interculturais têm buscado fortalecer a transmissão intergeracional da língua por meio de iniciativas educacionais bilíngues, como a inserção de currículos escolares que incluem a língua e a cultura *Bésiro*, a formação de professores bilíngues e a produção de materiais didáticos adaptados à realidade local. Não se pode dissociar língua de cultura, uma vez que “[...] nossos conhecimentos tradicionais, tudo aquilo que é parte integrante de nossa cultura e identidade precisa ser transmitido às novas gerações, como forma de resistência, valorização e preservação de nossos saberes ancestrais” (Tapirapé & Cruz, 2024, p.7).

Além disso, práticas comunitárias, como oficinas de contação de histórias, registros audiovisuais e celebrações culturais, contribuem para a valorização social da língua e o fortalecimento do capital simbólico de seus falantes (Hamel, 2013; Maher, 2019).

Essas ações não se restringem à dimensão educacional. Políticas de reconhecimento institucional, incluindo o registro oficial da língua *Bésiro* como língua minorizada e iniciativas

de documentação linguística, são fundamentais para consolidar direitos linguísticos, assegurar representatividade política e criar espaços de visibilidade social para a língua. Tais medidas refletem a necessidade de políticas linguísticas participativas, nas quais as próprias comunidades detêm voz ativa na definição de estratégias de preservação e revitalização (Spolsky, 2004; May, 2012; Liddicoat & Baldauf, 2008).

Portanto, compreender as ideologias linguísticas e seu papel no poder simbólico não é apenas uma análise teórica: é um passo fundamental para o desenho e implementação de políticas linguísticas que efetivamente reconheçam, protejam e revitalizem línguas indígenas e minorizadas, promovendo a equidade sociolinguística e a diversidade cultural, sobretudo, em contextos de fronteira como o da língua *Bésiro*.

Revitalização linguística e planejamento educacional: o caso da língua Bésiro (Chiquitano)

A revitalização de línguas indígenas é um processo complexo que vai além da simples reconstrução gramatical ou lexical, envolvendo a recriação de contextos de uso social e a promoção de sua valorização simbólica dentro das comunidades falantes.

Conforme destacado por Fishman (1991), a preservação de uma língua minorizada depende de três eixos fundamentais: transmissão intergeracional, ensino formal em ambientes educacionais e uso comunitário cotidiano. Esses elementos constituem, conjuntamente, o que se poderia denominar como “círculo de vitalidade linguística”, cuja interrupção tende a acelerar o processo de *endangerment* ou perda linguística.

No contexto latino-americano, políticas de Educação Intercultural Bilíngue (EIB) têm se mostrado instrumentos estratégicos de revitalização, especialmente, em países como Bolívia e México. Programas escolares que integram língua e cultura nos currículos não apenas promovem competências linguísticas, mas também, reforçam a identidade cultural das comunidades (López, 2010; Hamel, 2013). Essas iniciativas ilustram como o planejamento educacional pode atuar como vetor de empoderamento cultural, ao reconhecer a língua indígena como patrimônio, linguístico, social e político.

A língua *Bésiro* (Chiquitano) no contexto transfronteiriço

Figura 1 – Mapa da região da Chiquitania (Bolívia), território tradicional do povo Chiquitano (Monkoxi)



Fonte: Infografía de Mary Luz Soruco, 2021

A língua *Bésiro*, também conhecida como Chiquitano, é falada por comunidades indígenas localizadas na região de fronteira entre o Brasil e a Bolívia. Na Bolívia, a língua *Bésiro* é reconhecida como língua oficial desde a promulgação do Decreto Supremo Nº 25894, em 11 de setembro de 2000, e sua oficialidade foi consolidada pela Constituição de 2009. Esse reconhecimento legal tem permitido o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à promoção e ensino da língua, incluindo a implementação de programas de EIB que integram a língua *Bésiro* aos currículos escolares.

No Brasil, a situação é mais desafiadora. Embora a Lei nº 11.645/2008 estabeleça a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena e afro-brasileira, sua aplicação prática ainda é limitada, especialmente, em áreas de fronteira onde a diversidade linguística é elevada (Bentes, 2005; Calvet, 2007). A ausência de políticas coordenadas entre os dois países e o desconhecimento da diversidade interna do território dificultam a consolidação de estratégias de revitalização transfronteiriça.

Iniciativas educacionais e comunitárias no Brasil e na Bolívia

Figura 2 – Cartaz de divulgação do Curso de Língua *Bésiro*, San Matías, Bolívia (2025)



Fonte: Curso *Bésiro*, San Matias, 2025

O cartaz acima ilustra uma das iniciativas contemporâneas de revitalização da língua *Bésiro* na região transfronteiriça entre o Brasil e a Bolívia. A oferta do curso de nível básico, promovido pelo Instituto de *Lengua y Cultura Chiquitana* (ILECH) no município de San Matías, evidencia o esforço institucional e comunitário em fortalecer o uso e o ensino do idioma. Essa ação se insere no âmbito das políticas de Educação Intercultural Bilíngue (EIB), conforme discutido nesta seção, e representa um exemplo concreto de planejamento linguístico voltado à aquisição e ao status da língua, nos termos de Haugen (1983). Além de promover o aprendizado formal, essas iniciativas reforçam o valor simbólico do *Bésiro* como marcador de identidade cultural e resistência às pressões assimilaçãonistas, conforme defendem Calvet (2007) e Maher (2019).

Apesar dos desafios, diversas iniciativas têm sido implementadas para promover a revitalização da língua *Bésiro*. Na Bolívia, escolas bilíngues têm sido estabelecidas em comunidades, oferecendo educação em *Bésiro* e espanhol. Essas instituições desempenham um

papel crucial na transmissão intergeracional da língua e na promoção da identidade cultural Chiquitano. Além disso, projetos comunitários têm incentivado o uso da língua *Bésiro* em contextos cotidianos, como feiras culturais e celebrações tradicionais, fortalecendo sua presença na vida diária das comunidades.

No Brasil, embora o número de escolas bilíngues permaneça reduzido, ainda são escassas as evidências de iniciativas voltadas especificamente à valorização e à escolarização da língua Chiquitano (*Bésiro*) na região de fronteira entre Mato Grosso e Bolívia. As políticas públicas estaduais e federais têm contemplado a educação indígena em termos mais amplos, promovendo a elaboração de materiais em “línguas maternas” e a realização de eventos voltados à formação de professores indígenas, como o Programa Aprender e Ler em Língua Materna (Seduc-MT, 2024) e o Seminário de Línguas Maternas Indígenas (Seduc-MT, 2025). Tais ações demonstram um avanço institucional em relação à diversidade linguística, mas ainda não alcançam a especificidade do *Bésiro*, cuja presença nas escolas se restringe a experiências pontuais em comunidades localizadas em região de fronteira, especialmente nas proximidades de Vila Bela da Santíssima Trindade e Cáceres que tem como referência a Escola Estadual Indígena Chiquitana José Turíbio localizada em Porto Esperidião - aldeia Vila Nova/Barbecho.

Pesquisas etnográficas e linguísticas (Oliveira, 2019; Pereira, 2021; Paula, 2020) apontam que, embora o *Bésiro* continue sendo um marcador identitário entre os Chiquitano, o processo de transmissão intergeracional foi fortemente comprometido pela ausência de políticas educacionais específicas e pela predominância do português como língua de instrução.

Assim, a inclusão formal da língua *Bésiro* nos currículos escolares ainda depende da criação de projetos bilíngues comunitários e de parcerias entre universidades, secretarias de educação e lideranças locais. Iniciativas dessa natureza são essenciais para a revitalização linguística, pois possibilitam o registro, a sistematização e o ensino da língua a partir de metodologias interculturais e participativas.

Figura 3 - Materiais didáticos bilíngues do Programa 'Aprender e Ler em Língua Materna' (Seduc-MT)



Fonte: Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc-MT). Cuiabá, 2024.

A imagem apresenta parte da coleção de livros produzidos pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc-MT), no âmbito do programa 'Aprender e Ler em Língua Materna', distribuída às escolas indígenas do estado. Os materiais são elaborados em diferentes línguas originárias, como Enawenê-Nawê, Bakairi, Kuikuro, Kalapalo e Paresi, e têm como objetivo fortalecer o ensino bilíngue e a valorização das culturas indígenas. Essa iniciativa demonstra o compromisso institucional com a preservação das línguas maternas e fornece um modelo que pode ser estendido a outras línguas em risco, como a língua *Bésiro* (Chiquitano).

Em suma, a inexistência de políticas explícitas voltadas à escolarização em *Bésiro* reflete uma lacuna estrutural nas ações de educação indígena no Mato Grosso. Apesar da existência de políticas bilíngues mais amplas e de coleções didáticas voltadas a outros povos, como os *Enawenê-Nawê*, *Bakairi*, *Kuikuro* e *Paresi*, o povo Chiquitano ainda se encontra à margem dessas iniciativas. O fortalecimento de programas voltados à língua *Bésiro*, portanto, representa não apenas uma demanda educacional, mas também uma ação de reparação histórica e de valorização da diversidade linguística brasileira.

Desafios e perspectivas para a revitalização transfronteiriça

A revitalização da língua *Bésiro* enfrenta múltiplos desafios estruturais e socioculturais. Entre eles, destaca-se a escassez de materiais didáticos adequados, que dificulta o ensino formal e a transmissão intergeracional da língua. Soma-se a isso a ausência de formação especializada para professores, limitando a eficácia das práticas pedagógicas voltadas ao ensino bilíngue. Além disso, algumas comunidades apresentam resistência à implementação de programas de Educação Intercultural Bilíngue (EIB), seja por questões históricas, falta de sensibilização linguística ou prioridades educacionais distintas. Esses fatores combinados evidenciam a necessidade de políticas públicas integradas, que considerem a valorização cultural, a capacitação docente e a produção de recursos educativos apropriados.

Para superar esses desafios, é fundamental a implementação de políticas públicas que reconheçam a importância da língua *Bésiro* e promovam sua integração aos sistemas educacionais dos dois países. Isso inclui a formação de professores bilíngues, a produção de materiais didáticos adequados e a promoção de espaços de uso comunitário da língua. Além disso, é essencial fortalecer a colaboração entre as comunidades indígenas, as instituições educacionais e os governos, visando criar um ambiente favorável à revitalização da língua *Bésiro* e ao fortalecimento da identidade cultural Chiquitano.

Fronteiras, identidade e políticas pluricêntricas: o caso dos Chiquitano em Mato Grosso

As fronteiras linguísticas configuram-se como espaços complexos de contato, conflito e criação cultural. Nesse contexto, políticas linguísticas pluricêntricas emergem como instrumentos fundamentais para o reconhecimento da multiplicidade de repertórios linguísticos e culturais presentes nessas regiões (Heller, 2011; Oliveira, 2020). A vitalidade de línguas como a *Bésiro*, falado pelos Chiquitano na região de Cáceres, depende tanto de políticas estatais quanto da agência comunitária, envolvendo projetos de documentação, formação docente e valorização cultural, integrados a políticas de desenvolvimento local que assegurem que a língua permaneça como parte ativa das práticas sociais.

Na região de Cáceres (MT), estudos sobre o contato linguístico entre brasileiros e bolivianos evidenciam a importância de políticas plurilíngues. Pesquisas de Da Silva e Karim

(2019) sobre a comunidade de Corixa destacam como o contato com o espanhol e a utilização de formas híbridas de comunicação, como o “portunhol”, moldam as práticas cotidianas. De forma complementar, Lara e Karim (2022) investigam as cidades gêmeas de Cáceres (Brasil) e San Matías (Bolívia), demonstrando que a variação linguística na fronteira é fortemente influenciada pelo contexto sociodiscursivo e pelo uso estratégico da intercompreensão. Esses estudos reforçam a necessidade de políticas linguísticas que reconheçam a realidade plurilíngue e multicultural da região, promovendo a valorização das línguas indígenas e a integração das comunidades fronteiriças em processos de desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Os Chiquitano, oficialmente reconhecidos como etnia indígena no Brasil, desde 2010, enfrentam desafios significativos relacionados à demarcação de seus territórios, especialmente, na fronteira do Mato Grosso com a Bolívia. Conflitos com fazendeiros, invasões territoriais e a negação de reconhecimento por parte de autoridades locais demonstram a vulnerabilidade dessa população.

Iniciativas como a proposta de implantação de um Centro de Cultura Afro-Indígena em Cáceres buscam preservar tradições, vivências e costumes, reforçando a identidade cultural da população local, que apresenta uma intensa miscigenação de brancos, indígenas e negros. Paralelamente, a Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT) atua na garantia de direitos territoriais, regularização fundiária, controle do desmatamento, saúde indígena, desenvolvimento econômico sustentável aliado à gestão ambiental e na organização de programas, oficinas e projetos comunitários.

Para fortalecer a identidade linguística e cultural dos Chiquitano e demais povos indígenas da região, é necessário aprimorar as políticas públicas existentes, adotando ações adaptadas às especificidades locais. Entre essas ações destacam-se: a garantia da demarcação e proteção territorial, assegurando o direito à terra como base da preservação cultural e linguística; a implementação de programas de educação bilíngue e intercultural, integrando as línguas indígenas ao currículo escolar e formando professores qualificados; o desenvolvimento de projetos de valorização cultural e linguística, como oficinas de língua, literatura e arte, bem como, a produção de materiais didáticos bilíngues; a promoção da participação ativa das comunidades indígenas na formulação e implementação de políticas públicas, respeitando seu direito à autodeterminação; e o estabelecimento de parcerias interinstitucionais entre governos, universidades, organizações não governamentais e comunidades indígenas para o desenvolvimento de projetos conjuntos.

Em síntese, a consolidação de políticas linguísticas pluricêntricas e culturalmente sensíveis, voltadas para o fortalecimento das línguas e identidades indígenas em Mato Grosso, constitui um passo essencial para a construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva, na qual as fronteiras não apenas delimitam territórios, bem como se configuram como espaços vivos de intercâmbio cultural, resistência e criatividade linguística.

Considerações finais

As políticas linguísticas configuram-se como instrumentos centrais para a promoção, proteção e revitalização da diversidade linguística e cultural, especialmente, em contextos de fronteira e de contato entre línguas. A análise empreendida, à luz dos aportes teóricos de Haugen (1983), Fishman (1991), Calvet (2007), Spolsky (2004), Hamel (1995) e Maher (2007), evidencia que a questão linguística ultrapassa os limites da descrição estrutural e adentra o campo das relações sociopolíticas, ideológicas e identitárias. Nesse sentido, a revitalização de línguas como a *Bésiro* (Chiquitano) demanda políticas articuladas entre os âmbitos comunitário, educacional e governamental, pautadas em uma perspectiva crítica e intercultural que reconheça o protagonismo dos povos indígenas.

No contexto fronteiriço entre Brasil e Bolívia, onde a língua *Bésiro* resiste como marcadora de identidade e memória coletiva, observa-se que a eficácia das políticas linguísticas depende de sua capacidade de dialogar com as dinâmicas locais e transnacionais, considerando as assimetrias históricas de poder e os processos de glotofagia denunciados por Calvet (2007). A revitalização linguística, portanto, não pode ser reduzida a uma política de ensino ou documentação, mas deve constituir-se como um projeto de soberania cultural e epistêmica, que devolva às comunidades o controle sobre seus próprios repertórios linguísticos e formas de conhecimento.

Assim, defende-se que apenas políticas linguísticas pluricêntricas, participativas e eticamente comprometidas com a diversidade poderão assegurar a continuidade das línguas indígenas e de suas cosmovisões. O reconhecimento efetivo dessas línguas como patrimônios imateriais e epistemológicos implica repensar o papel do Estado, da escola e das universidades na construção de um espaço de justiça linguística, no qual a coexistência e o diálogo intercultural não sejam exceções, mas fundamentos de uma sociedade verdadeiramente

democrática. Preservar e fortalecer a *Bésiro* e outras línguas minorizadas significa, portanto, preservar a pluralidade de modos de ser, pensar e existir de cada povo.

As políticas linguísticas são instrumentos fundamentais na defesa da diversidade linguística e cultural. A partir dos aportes teóricos de Haugen, Fishman, Calvet, Spolsky, Hamel e Maher, comprehende-se que a revitalização de línguas em contextos fronteiriços exige uma abordagem articulada, crítica e intercultural.

A língua *Bésiro*, em situação de vulnerabilidade, requer políticas sustentadas por ações comunitárias, educacionais e governamentais, que considerem as relações de poder e identidade envolvidas. Somente por meio de políticas linguísticas pluricêntricas e eticamente comprometidas será possível garantir o futuro das línguas indígenas e, com elas, o patrimônio simbólico e epistemológico dos povos que as falam.

Referências

- BENTES, Anna Christina. **Linguagem e poder:** variação, identidade e exclusão. In: CALVET, Louis-Jean; BENTES, Anna Christina (org.). **Linguagem e sociedade:** estudos de sociolinguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 25–46.
- BOURDIEU, Pierre. **Language and symbolic power.** Cambridge: Polity Press, 1991.
- CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas.** São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- CARVALHO, Rebeca Ferreira. **O contato linguístico entre o português e o espanhol na fronteira Brasil-Bolívia:** um estudo sobre variação lexical no contexto do Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, 2024.
- DA SILVA, Maria; KARIM, João. Contato linguístico e identidade na comunidade de Corixá (MT). **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 512–530, 2019.
- FISHMAN, Joshua A. **Reversing language shift:** theoretical and empirical foundations of assistance to threatened languages. Clevedon: Multilingual Matters, 1991.
- HAMEL, Rainer Enrique. Políticas linguísticas na América Latina. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 927–954, 2013.
- HAUGEN, Einar. **The implementation of corpus planning:** theory and practice. In: COBARRUBIAS, Juan; FISHMAN, Joshua (ed.). **Progress in language planning.** Berlin: Mouton, 1983. p. 269–289.

HELLER, Monica. **Paths to post-nationalism:** a critical ethnography of language and identity. Oxford: Oxford University Press, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022:** Brasil tem 391 etnias e 295 línguas indígenas. Agência IBGE, 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44848-censo-2022-brasil-tem-391-etnias-e-295-linguas-indigenas>. Acesso em: 01 nov. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Troncos e famílias.** 2016. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/linguas/troncos-e-familias>>. Acesso em: 15 set. 2016.

LARA, Camila; KARIM, João. Fronteiras linguísticas e intercompreensão nas cidades gêmeas Cáceres (Brasil) e San Matías (Bolívia). **Revista de Estudos Fronteiriços**, Corumbá, v. 9, n. 1, p. 101–122, 2022.

LIDDICOAT, Anthony; BALDAUF, Richard. **Language planning and policy:** theory and practice. Bristol: Multilingual Matters, 2008.

LÓPEZ, Luis Enrique. **Educação intercultural bilíngue na América Latina.** México: UNESCO, 2010.

MAHER, Terezinha de Jesus. **Políticas linguísticas e justiça social.** Campinas: Mercado de Letras, 2019.

MAY, Stephen. **Language and minority rights:** ethnicity, nationalism and the politics of language. New York: Routledge, 2012.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Política linguística e diversidade no Brasil.** Brasília: IPOL, 2020.

PÉREZ, María Elena. Revitalización lingüística del besiro: experiencias comunitarias en la Chiquitanía boliviana. **Revista Latinoamericana de Lingüística Aplicada**, La Paz, v. 15, n. 2, p. 55–78, 2021.

PHILLIPSON, Robert. **Linguistic imperialism.** Oxford: Oxford University Press, 1992.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas brasileiras:** para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas indígenas:** o que resta e o que se perde. Revista USP, São Paulo, n. 19, p. 58–71, 1993.

SKUTNABB-KANGAS, Tove. **Linguistic genocide in education – or worldwide diversity and human rights?** Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2000.

SPOLSKY, Bernard. **Language policy.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

OLIVEIRA, Fabiana Soares de. **Educação e identidade chiquitana: práticas escolares e fronteira cultural em Mato Grosso.** Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

PAULA, Aldir Santos de. A morfologia nas pesquisas sobre línguas indígenas no Brasil. In: SANTOS, Braulino Pereira de (org.). **Morphology and Lexicon Attack the Words.** Salvador: UNEB, 2020.

PEREIRA, Lúcia Helena da Silva. **A língua chiquitana (bésiro) e a escola: desafios da educação bilíngue em comunidades de fronteira.** Cáceres: Universidade do Estado de Mato Grosso, 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena) – Universidade do Estado de Mato Grosso, 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO (Seduc-MT). **Seduc entrega às escolas indígenas livros para alfabetização em língua materna.** Cuiabá, 2024. Disponível em: <https://www.cge.mt.gov.br/web/seduc/w/seduc-entrega-às-escolas-indígenas-livros-para-alfabetização-em-língua-materna>. Acesso em: 01 nov. 2025.

TAPIRAPÉ, Klebson Awararawoo'i; CRUZ, Mônica Cidele. da . (2024). Roça tradicional como política de fortalecimento da língua Apyāwa. **Revista Taka'a**, 1, e2023008. <https://periodicos.unemat.br/index.php/rtakaa/article/view/12560> Acesso em: 05 nov. 2025.

Licença de Uso

Licenciado sob Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Porém, não permite adaptar, remixar, transformar ou construir sobre o material, tampouco pode usar o manuscrito para fins comerciais. Sempre que usar informações do manuscrito dever ser atribuído o devido crédito de Autoria e publicação inicial neste periódico.



Recebido em 12 de novembro de 2025
Aprovado em 20 de novembro de 2025
Publicado em 28 de novembro de 2025